

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as atividades relacionadas a Conservação e Restauro desenvolvidas pela Associação Joseense para o Fomento da Arte e da Cultura – AJFAC no exercício da gestão do Parque Vicentina Aranha – PVA, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2016.

Adotou-se como base para o desenvolvimento deste relatório um artigo científico produzido pelos arquitetos da AJFAC e apresentado no “XII Congresso Internacional de Reabilitação do patrimônio Arquitetônico e Edificado”, promovido pelo Centro Internacional para a Conservação do Patrimônio – CICOP, no ano de 2014, na cidade de Bauru, sob o título “Vicentina Aranha: de Sanatório a Parque Cultural”. O artigo foi adaptado e atualizado, objetivando apresentar o histórico do Sanatório Vicentina Aranha, desde sua idealização, inauguração, apogeu, declínio, encerramento das atividades e o processo de transformação em parque público. Na sequência serão apresentados os principais serviços de Conservação e Restauro, compreendidos, basicamente, por pesquisas, levantamentos, elaboração de projetos e execução de obras.

2. HISTÓRICO DA FASE SANATORIAL

2.1. Idealização, inauguração e apogeu

No início do século XX a tuberculose assombrava a sociedade, devido ao seu alto grau de contágio e ao fato de ainda não existir um medicamento eficaz para a cura. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, instalada na capital paulista desde 1715, já promovia o tratamento de diversas enfermidades, dentre elas a tuberculose. Os tísicos (tuberculosos), porém, disputavam os leitos e a assistência médica com outros tipos de enfermos, como, por exemplo, leprosos. A crescente demanda por internação e tratamento forçou a construção de hospitais destinados exclusivamente ao tratamento da tuberculose, os sanatórios.

Nos anos 1900, São José dos Campos, situada cerca de noventa quilômetros de distancia da capital paulista, já abrigava muitos tísicos. Estes, no entanto, moravam em pensões e hotéis que não ofereciam tratamento contra a moléstia, mas apenas hospedagem. Esta situação ocorria, principalmente, porque não havia ainda no município políticas e ações específicas voltadas ao combate a tuberculose.

Em 1911 houve a primeira tentativa de se construir um sanatório na cidade, porém sem sucesso, devido a questões burocráticas.

Somente a partir da década de 1920 é que enfim os sanatórios começaram a ser instalados no município, sendo o primeiro deles o Vicentina Aranha, inaugurado em 1924. Em seguida outros foram inaugurados, como o Vila Samaritana (1928), o Ezra (1936), o Rui Dória (1934), o Maria Imaculada (1935), o São José (1946), o Antoninho da Rocha Marmo (1946) e os Adhemar de Barros I (1938) e II (1967).

Além dos sanatórios, as “pensões sanatoriais”, também atendiam as demandas, pois não havia leitos suficientes nos sanatórios para abrigar todos os doentes residentes na cidade.

Neste contexto, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo - ISCMSP decide construir um novo hospital para tuberculosos e monta uma comissão para viabilizar sua concretização através da angariação de recursos. Em 1914 é adquirido um terreno na cidade de São José dos Campos (O PROJECTO, 1918, p. 2), escolhida, principalmente, devido ao seu clima de meia altitude e à reconhecida pureza de seus ares, considerados fatores favoráveis ao tratamento de doenças respiratórias.

Em 1918 a mesa conjunta da ISCMSP reúne-se para que fosse então apresentado pelo irmão Francisco de Paula Ramos de Azevedo, engenheiro arquiteto, o projeto para a construção do novo hospital que, nesta mesma reunião, recebeu o nome de Sanatório Vicentina Aranha – SVA (O PROJECTO, 1918, p. 2), em homenagem a sua idealizadora, a senhora Vicentina de Queiroz Aranha, dama da alta sociedade paulistana, cujo nome esteve sempre ligado a obras de caridade. Esta senhora, no entanto, não chegou a ver sua ideia se concretizar, pois veio a falecer no ano de 1916, isto é, antes do início das obras de construção. Seu marido, o Senador Olavo Egydio de Souza Aranha, fazia parte da comissão e muito contribuiu para a realização deste grande empreendimento. Dentre outros nomes que faziam parte da comissão estão os de Alberto de Menezes Borba, que viria a ser mordomo do SVA, Condessa Marina Crespi e Antonieta Penteado da Silva Prado, que viriam a ser homenageadas emprestando seus nomes a pavilhões do SVA.



Vicentina Aranha

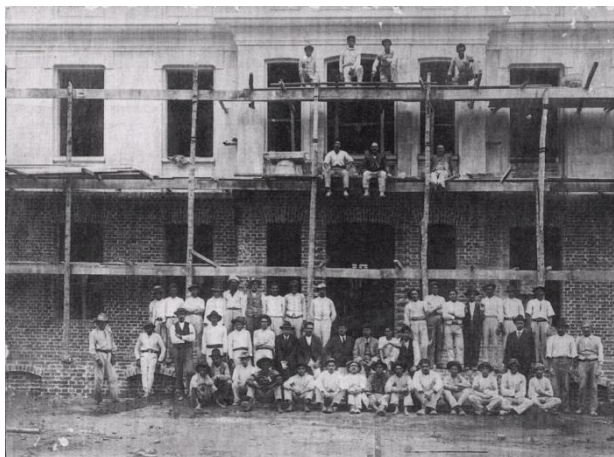


Ramos de Azevedo

O SVA teve sua construção iniciada em 1918 e a sua inauguração aconteceu em 27 de abril de 1924 (A INAUGURAÇÃO, 1924, p. 2), com a presença do então governador Washington Luís. Foi considerado um dos maiores da América Latina, contando com pavilhões para internação e pavilhões para serviços e apoio logístico. A área total do terreno do sanatório, neste momento, alcançava a marca de 488.000,00 m² (BITTENCOURT, 2000, p. 64) e a área construída referente aos pavilhões para internação era de cerca de 4.000,00 m².



Pavilhões recém inaugurados vistos da parte traseira



Pavilhão Central em obra



Pavilhão Central recém inaugurado

Como partido arquitetônico, visando a eficácia do tratamento médico, os pavilhões foram projetados e edificados de modo a promover a máxima insolação e a constante circulação do ar. Para tanto, os quartos para internação foram dispostos na face norte das edificações, dispondo de grandes caixilhos e varandas (galerias de cura) que permitiam uma intensa circulação do ar e uma boa insolação.

Além dos pavilhões para internação, haviam outras edificações destinadas a serviços como lavanderia, cozinha, laboratório de análise, caldeiraria para aquecimento da água, marcenaria e necrotério.

Em 1932 a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, através de uma parceria com a Santa Casa de São Paulo, edifica no SVA um pavilhão exclusivo para o tratamento dos seus funcionários, tanto homens quanto mulheres, com dimensão em torno de 1.000,00 m².



Pavilhão da Cia. Paulista de Estradas de Ferro recém inaugurado

No Brasil, de um modo geral, os leitos hospitalares eram absolutamente insuficientes, atingindo proporções dramáticas nas estâncias climatéricas (ROSEMBERG, 1999, p. 21). Neste contexto, devido a crescente demanda por internação e tratamento, o sanatório como um todo precisou ser ampliado. As obras ocorreram entre o final da década de 1930 e o início da década de 1940, quando os pavilhões para internação alcançaram a marca de cerca de 7.200,00 m². Consequentemente, o pavilhão referente a cozinha e refeitório também precisou ser ampliado para atender à nova demanda.

Neste momento, o SVA alcança seu auge, não só em tamanho, mas também em notoriedade, tornando-se referência nacional, devido ao alto nível do serviço prestado e à capacitação dos médicos tisiólogos que desenvolviam e aplicavam novas técnicas para o tratamento da tuberculose (SODRÉ, 1934, p. 5). O sanatório passou a atrair pessoas enfermas de todo o Brasil e pessoas ilustres como, por exemplo, o escritor Paulo Setúbal, casado com uma filha da senhora Vicentina Aranha. Conforme números oficiais da Santa Casa, o índice de pacientes com alta era significativamente superior ao de óbitos. Na década de 1930 o índice de cura ultrapassou 80% do número de pacientes.

2.2. O funcionamento do complexo

O tratamento no SVA era disponibilizado tanto a pensionistas (pessoas que pagavam pelo tratamento) quanto a indigentes (pessoas que não tinham condições de pagar pelo tratamento), porém separados em pavilhões distintos. Os pacientes, além da condição financeira, também eram separados por gêneros masculino e feminino. Desta forma, as acomodações ficaram distribuídas da seguinte maneira: pavilhão São João para homens indigentes, pavilhão São José para mulheres indigentes, pavilhão Alfredo Galvão para homens pensionistas, pavilhão Marina Crespi para mulheres pensionistas e pavilhão Central para internação de homens e mulheres pensionistas, separados em alas distintas. O pavilhão da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, como dito anteriormente, era destinado ao tratamento dos seus funcionários. O pavilhão Central era considerado o principal, pois era o que acomodava as salas de exames, a sala de raio-x e o centro cirúrgico do sanatório, onde todos os internos, pensionistas e indigentes, eram submetidos aos procedimentos médicos.

Devido a sua condição de isolamento em relação ao centro urbano, o sanatório desenvolvia sua própria produção hortifrutigranjeira e suína. Dentro de seu vasto terreno existiam hortas, pomares, pocilga e criação de galinhas (BITTENCOURT, 2000, p. 64). A alimentação reforçada era considerada um dos fatores determinantes na eficácia do tratamento contra a tuberculose.

Os serviços em geral, incluindo os médicos, eram divididos entre a equipe médica, irmãs de caridade e demais funcionários. Para administrar o complexo existia a figura do mordomo, o qual prestava contas à Santa Casa de São Paulo.

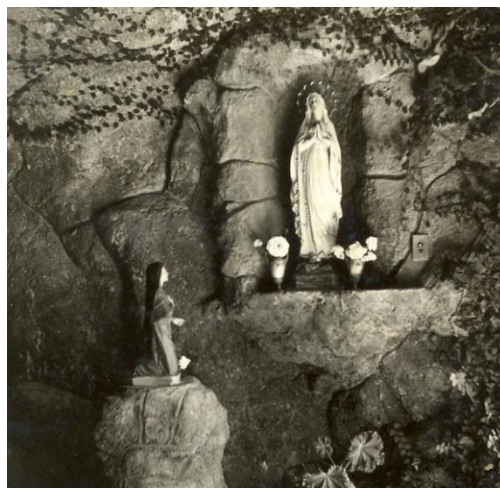
O contingente de funcionários para administrar toda esta estrutura era necessariamente grande. Muitos destes funcionários, inclusive freiras, médicos e o próprio mordomo, moravam em casas disponibilizadas dentro do terreno do próprio sanatório, facilitando a logística diária.

O SVA, portanto, possuía uma estrutura que lhe conferiu uma condição de auto sustentabilidade.

2.3. A religiosidade

A Santa Casa e a Irmandade da Misericórdia são, notoriamente, instituições de caráter fundado na religião Católica Romana, sendo característica das suas unidades institucionais a presença de capelas, oratórios e imagens sacras.

Mantendo esta característica no SVA, foi inaugurada em 1935, construída com donativos do Conde de Lara, a Capela do Sagrado Coração de Jesus (INAUGURAÇÃO, 1935, p.15), em estilo eclético, com belos vitrais policrômicos, implantada no centro de um jardim em estilo barroco, tendo aos fundos uma gruta com as imagens de Nossa Senhora de Lourdes e de Santa Bernadete Soubirous, em alusão às aparições da Virgem em Massabielle na França.



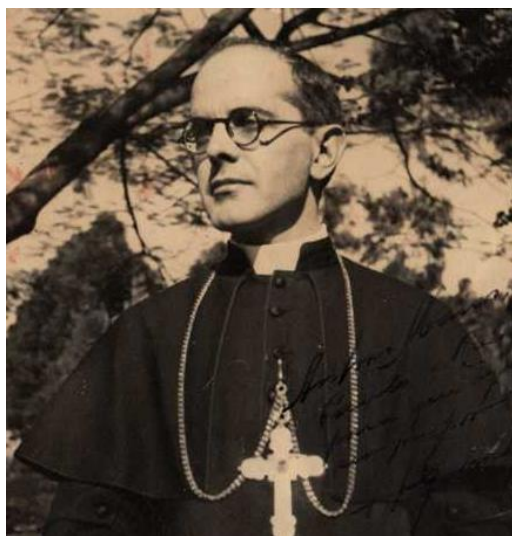


Havia também imagens sacras dispostas nos corredores dos demais pavilhões.

Além das missas, aconteciam no SVA festas religiosas como, por exemplo, procissão de *Corpus Christi*. Podiam participar das missas, festas e demais celebrações litúrgicas todos os pacientes e funcionários, indistintamente.



Três religiosos que estiveram internados no SVA encontram-se hoje em processo de beatificação pela Igreja Católica. São eles: Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, padre carmelita que esteve presente em todas as reuniões do Concílio do Vaticano II e que foi Bispo Auxiliar de Jaboticabal, de Curitiba, de Taubaté e de São Paulo e também Bispo da Diocese de Jundiaí; Padre Rodolfo Komórek, salesiano polonês que veio em missão ao Brasil e considerado por muitos santo em vida; Madre Teresa de Jesus Eucarístico, fundadora da Ordem das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada e do sanatório homônimo em São José dos Campos. Os três foram tuberculosos e trataram a enfermidade no SVA, entretanto tiveram destinos diferentes. Madre Teresa e Dom Gabriel receberam alta, porém Padre Rodolfo faleceu em seu leito no sanatório no ano de 1949. Seu quarto foi preservado e transformado no Memorial Pe. Rodolfo Komórek.



D. Gabriel Couto



Pe. Rodolfo Komórek

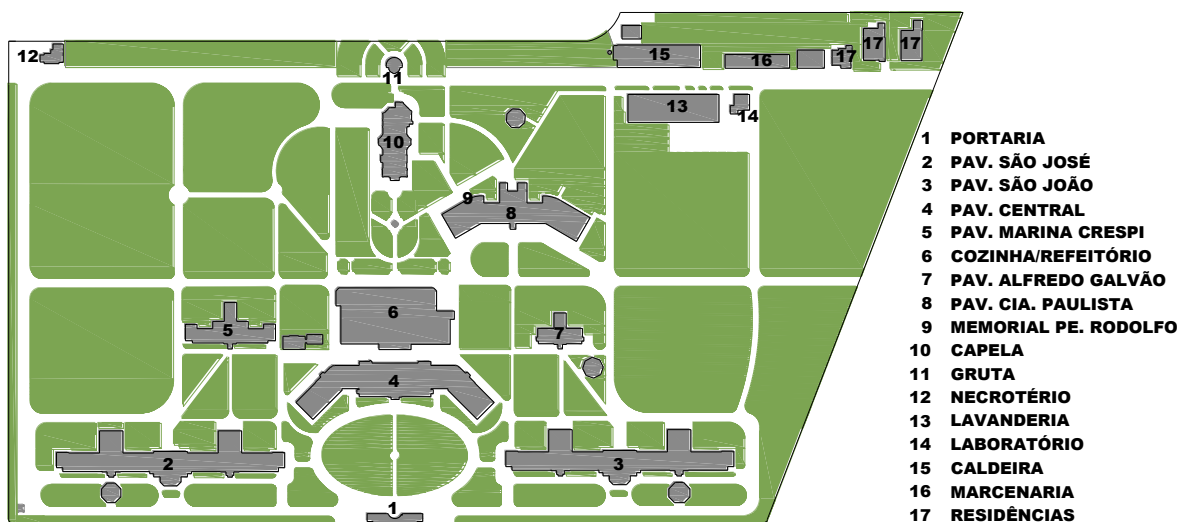


Me. Teresa

2.4. Declínio das atividades hospitalares e deterioração da estrutura física

Com o advento na década de 1950 da estreptomicina e da hidrazina, medicamentos que promoviam a cura efetiva da tuberculose, o tratamento desta doença tornou-se mais simples, a ponto de não mais requerer a condição de isolamento em sanatórios. O paciente podia ser tratado em sua própria casa. Sendo assim, as grandes estruturas dos complexos sanatoriais passaram a ser desnecessárias.

Os sanatórios em geral, inclusive o SVA, começaram, portanto, a cair em desuso (DIAS, 2000, p. 117). O SVA que duas décadas antes precisou ser largamente ampliado, agora via a demanda por internação diminuir paulatinamente. Devido a esta condição, a partir da década de 1960 o sanatório deixa de admitir novos pacientes para internação, porém mantém aqueles que já estavam internados em tratamento. Consequentemente a ociosidade inevitavelmente começou a permear diversas edificações e setores do sanatório. Em função disso, parte da gleba pertencente ao SVA foi vendida pela Santa Casa a empreendedores do ramo de loteamentos, restando ao sanatório os atuais 84.000,00 m² de área total, sendo 11.000,00 m² referentes às edificações distribuídas conforme demonstrado na “Figura 01”.



Implantação do SVA/PVA

No início dos anos de 1980 o Vicentina Aranha encerrou suas atividades como sanatório e iniciou sua nova fase como hospital geriátrico, a qual se estendeu até o ano de 2004 quando a Santa Casa encerrou definitivamente suas atividades. Neste momento, o SVA já tinha sido tombado

Desde o início do declínio das atividades hospitalares até o ano de 2004, as edificações e as áreas verdes foram recebendo cada vez menos manutenção. Entre 2004 e 2007 praticamente nada foi feito para preservação do patrimônio. Edifícios com recalques estruturais, trincas, forros de estuque desabando, telhado e calhas danificados, infiltrações, janelas quebradas, pisos de madeira apodrecidos, árvores caídas e mato crescendo desordenadamente, enfim, o imóvel como um todo apresentava-se em estado de abandono.

Neste momento a área do SVA, extremamente valorizada por sua localização, despertou o interesse de empresas do setor imobiliário e de demais investidores que, certamente, promoveriam sua demolição para a implantação de novos empreendimentos. Um dos fatores que impediu este ato foi a condição de patrimônio tombado conferido ao sanatório pelos

órgãos de preservação municipal em 1996 e estadual em 2001, COMPHAC e CONDEPHAAT respectivamente.

3. HISTÓRICO DA FASE PARQUE PÚBLICO

3.1. Aquisição pela administração pública e processo de reabertura

Considerando o valor histórico, arquitetônico, cultural, paisagístico e ambiental do SVA, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos – PMSJC formalizou a aquisição do imóvel da Santa Casa de São Paulo no ano de 2006. A partir de então a PMSJC organizou-se para dar início às primeiras ações para recuperar e disponibilizar o espaço ao público.

O antigo SVA, mesmo após o encerramento de suas atividades, permaneceu estigmatizado como um local obscuro, de sofrimento, sendo ignorado por boa parte da população que em seu cotidiano já nem percebia mais a existência deste espaço de cerca de 84.000,00 m² em pleno centro expandido da cidade. Muito contribuiu para seu ostracismo a sua condição física “intra muros”, que o impedia de ser visto e reconhecido. Muitas pessoas, inclusive, denunciando sua total ignorância, no sentido literal da palavra, acreditavam que o SVA tratava-se de um hospital psiquiátrico.

Esta situação começa a mudar quando 800 metros de muro, lindeiros às vias públicas, são demolidos e substituídos por gradil, permitindo que as edificações e a rica vegetação pudessem ser vistas por todos que transitassem pelas vias do entorno do antigo sanatório. As pessoas então descobriram que dispunham de um espaço privilegiado e com grande potencial para ser transformado em algo a ser usufruído pela população. A partir deste momento a relação entre as pessoas e o SVA entra em um processo de estreitamento e de reconhecimento, que fomentariam um sentimento de pertença.

O destino de toda aquela área, porém, ainda precisava ser discutido e debatido junto da população. Para tanto, a administração pública municipal mobilizou-se e, através do Decreto Nº 12.454/07, criou no ano de 2007 uma Comissão Especial para tratar do assunto. Esta comissão, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, organizou e realizou reuniões públicas com o objetivo de definir um plano de uso e ocupação para o futuro parque, bem como a apresentar uma estratégia para a viabilização técnica e financeira para todo o complexo.

Os resultados destas reuniões foram apresentados formalmente através de relatórios, de onde podemos destacar alguns pontos relevantes que nortearam o desenvolvimento das políticas para o parque:

- As atividades a serem desenvolvidas no parque devem ser preferencialmente auto-sustentáveis, para toda a sociedade e ligadas a recreação, lazer, educação ambiental, artes e cultura;
- Não deve ser permitida a instalação de órgãos administrativos no local;
- O local deve ser ocupado e mantido como um parque público;
- A ocupação deve ocorrer em perfeita consonância com a preservação e o manejo da fauna e da flora locais.

Através de consultas públicas a população teve a oportunidade de participar ativamente deste processo, dando opiniões e sugestões acerca dos tipos de atividades a serem desenvolvidas no PVA. O resultado destas consultas evidenciou o desejo da população de ter um parque voltado a atividades culturais, educacionais e de esporte e lazer.

Após anos sem uso e sem manutenção, a área do SVA encontrava-se em situação precária, com suas edificações em processo de degradação e com a vegetação desenvolvendo-se de forma desordenada, o que inviabilizava sua abertura para usufruto da população. Neste ínterim, o poder público realiza as primeiras ações para começar a organizar o espaço de modo que este oferecesse mínimas condições para o acesso do público. As vias internas do SVA então são limpas e preparadas com areia e brita para que pudessem servir de pista de caminhada; são instalados postes de iluminação ao longo destas vias, garantindo conforto e sensação de segurança; são realizadas podas nas árvores com iminência de queda; as edificações em más condições são isoladas com uma discreta cerca de arame para preservar a integridade física das pessoas e também para evitar que estas porventura viessem a danificar ainda mais o patrimônio; na portaria são recuperados os sanitários masculino e feminino e nela é instalada uma base da equipe de segurança. Nestas condições, o Sanatório Vicentina Aranha é reaberto, como patrimônio público, com o nome de Parque Vicentina Aranha – PVA.

Neste momento a população enfim passa a dispor de acesso a área do novo parque e estreita ainda mais sua relação com o local através do uso da pista de caminhada, contemplando as densas áreas verdes com suas belas árvores, contemplando as belas edificações históricas e participando das atividades litúrgicas na capela (Figura 02).



Vista aérea do PVA (2012)

3.2. A criação e a consolidação do método de gestão do patrimônio cultural do parque

A Comissão Especial apontou, em um de seus relatórios, que a alternativa mais viável para a gestão e a recuperação do patrimônio do PVA seria a criação de uma organização não governamental específica. A esta organização caberia a captação de recursos, a contratação de projetos e a aprovação junto aos órgãos de preservação, viabilizando todo o processo de restauração e reabilitação do complexo.

Neste contexto, a Associação Joseense para o Fomento da Arte e da Cultura – AJFAC, associação civil sem fins lucrativos criada em 2003, recebeu a chancela do poder público e foi qualificada como Organização Social – OS através de um decreto municipal em 2008. A AJFAC, portanto, passa a ser a OS da cultura do município e, através de contratos de gestão com a prefeitura, a responsável pela gestão do PVA.

Em 2010, através de um decreto municipal, a AJFAC foi autorizada a instalar-se no pavilhão Alfredo Galvão, o menor do PVA, porém o que estava em melhor estado de conservação, apesar de descaracterizado. À medida que a equipe da AJFAC aumentava, crescia a demanda por mais espaço e, conseqüentemente, tornava-se necessário mudar de pavilhão.

O escolhido foi o da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Este pavilhão, por sua vez, passou por pequenas obras para permitir a acomodação dos funcionários da AJFAC e, de prédio abandonado, passou ao *status* de sede administrativa da AJFAC e do PVA. Mais uma vez, porém, o espaço ficou pequeno, devido ao aumento da equipe. Diante da necessidade de dispor de mais espaço físico surgiu o desafio de ocupar o pavilhão Central, visto que os demais do parque não atendiam às necessidades. O pavilhão Central apresentava alguns problemas estruturais e pontos de infiltração, janelas com vidros quebrados, acúmulo de sujeira, dentre outros problemas. Dos três pavimentos que o compõe, porém, o segundo apresentava-se em melhores condições e, portanto, foi o escolhido para ser ocupado. Pequenas ações como, limpeza em geral, substituição dos vidros quebrados das janelas, manutenção hidráulica dos banheiros, reparos nas instalações elétricas, como tomadas e luminárias e a instalação de cabeamento para a central telefônica e rede, foram realizadas e permitiram que a administração do PVA, feita pela AJFAC, fosse ali instalada, onde permanece atualmente.

Os dois pavilhões que haviam sido ocupados anteriormente, visto que dispunham de mínimas condições de uso, passaram a ser utilizados para o desenvolvimento de atividades culturais de pequeno porte, como exposições de arte e oficinas de artesanato.

Estas experiências evidenciaram a possibilidade de ocupar e utilizar as edificações, retirando-as da condição de ociosidade e relativo abandono, sem necessariamente ter que aguardar o tradicional e dispendioso processo completo de restauro. Há aqui, portanto, uma quebra de paradigma e o estabelecimento de um conceito de preservação, o qual preconiza ocupar a edificação, dar a ela as mínimas condições de uso e permitir que a população tenha acesso e usufrua do espaço, mesmo que ainda não tenha sido realizada a obra completa de restauro. Desta forma, a conservação e o restauro começam nas pequenas ações e são realizados em pequenas etapas, sempre de acordo com as condições técnicas e a disponibilidade financeira. O conceito “ocupar antes de restaurar” mostrou-se eficiente e eficaz, tornando-se a metodologia de trabalho da AJFAC na preservação do patrimônio do PVA.

4. PRINCIPAIS SERVIÇOS REALIZADOS NO PVA ENTRE 2012 E 2016

4.1. “Obras Emergenciais”

A PMSJC, enquanto proprietária do parque, não se ausentou de sua responsabilidade e esteve presente e ativa no processo de preservação. No ano de 2012 decidiu disponibilizar recursos humanos e financeiros para que as obras de maior porte fossem de fato iniciadas e realizadas em etapas, conforme disponibilidade de verba e demanda técnica de cada edificação. À AJFAC coube providenciar os projetos necessários a execução das obras e aprová-los nos órgãos de defesa do patrimônio, bem como realizar o processo de contratação da empresa executora dos serviços. Em 2012, então, a AJFAC contrata a empresa Solofund Engenharia para desenvolver laudos e projetos para a recuperação estrutural, em caráter emergencial, dos pavilhões Marina Crespi, São José e São João.

Com o objetivo de assessorar a AJFAC nos processos de aprovação dos projetos e na viabilização do início das obras, a PMSJC, através da URBAM, disponibiliza um profissional Arquiteto e Urbanista, especializado e mestrado em Conservação e Restauro e cinco estagiários de Arquitetura e Urbanismo. Neste momento a AJFAC passa a dispor de uma equipe de Arquitetura dedicada exclusivamente à produção de projetos, aprovação nos órgãos competentes e acompanhamento de obras, sempre com o apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo - FCCR e da PMSJC, através dos técnicos da Secretaria de Planejamento Urbano e da Secretaria de Obras, tanto na formulação de planilhas orçamentárias quanto na fiscalização das obras.

Tendo os projetos aprovados e a verba necessária, a AJFAC promoveu o processo público de seleção e contratação da empresa especializada para executar a obra, através do Ato Convocatório nº 004/2012. A empresa vencedora foi a Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia.

A ordem de serviço foi assinada e as “Obras Emergenciais” tiveram seu início em 05 de setembro de 2012. Trata-se da primeira grande obra no PVA sob a gestão da AJFAC em parceria com a FCCR e a PMSJC.

Ficha Técnica:

Área do Pavilhão São José: 1.217 m²

Área do Pavilhão São João: 1.178 m²

Área do Pavilhão Marina Crespi: 411 m²

Cadastros Arquitetônicos: AJFAC

Projetos para recuperação estrutural: Solofund Engenharia Ltda

COMPHAC: Aprovado em reunião extraordinária em 17/04/2012, conforme ata aprovada em 29/05/2012.

CONDEPHAAT: Processo 67243/2012 aprovado em 16/12/2013 constando de ata 1734

Execução: Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia

Processo de seleção e contratação da executora: Ato Convocatório 004/2012 da AJFAC

Fiscalização das obras: Secretaria de Obras da PMSJC com apoio técnico da AJFAC

Início da obra: 05/09/2012

Término da obra: agosto de 2013

Origem da verba: Repasse da PMSJC à AJFAC

Escopo da Obra:

Estabilizar e consolidar as estruturas dos pavilhões São João, São José e Marina Crespi. Para tanto foram substituídos os telhados, reforçadas as fundações com estacas de reação e colmatadas as trincas.

Principais Serviços:**- Cobertura****Objetivos:**

Eliminar a infiltração de águas pluviais, melhorar o sistema de drenagem e preencher as lacunas na linha de testeiras dos telhados.

Ações:

As telhas francesas existentes nos pavilhões, consideradas originais e, portanto, com cerca de noventa anos de exposição às intempéries, apresentavam-se degradadas, com níveis de porosidade superiores ao ideal, denotando perda de massa e, conseqüentemente, tornando-se frágeis. Tal condição adversa ficou evidenciada nas diversas telhas fraturadas em diversos pontos dos panos dos telhados, bem como nos testes realizados *in loco* e em laboratório. Por unanimidade, AJFAC, FCCR e PMSJC decidiram pela substituição total das telhas, adotando o mesmo critério utilizado na reforma da Capela do SVA realizada no ano anterior pela PMSJC, com a anuência do COMPHAC. Mantendo a coerência na decisão, foram compradas telhas cerâmicas francesas da marca Laranjal Paulista, a mesma adotada na Capela.

A recuperação dos telhados foi realizada em etapas, evitando minimizar a exposição dos edifícios destelhados às intempéries. Em momento algum houve exposição às chuvas.

Ao remover as telhas foi possível avaliar a estrutura dos telhados. O madeiramento apresentava-se em condições gerais relativamente boas, muito em função da boa qualidade da madeira empregada, a peroba. Algumas peças, porém, principalmente alguns caibros, apresentavam sinais de deterioração, tais como apodrecimento pela ação de água das chuvas infiltradas e perda de massa por ataque de xilófagos. As ripas, por naturalmente serem mais frágeis devido ao tipo de madeira e às suas dimensões transversais reduzidas, também apresentavam-se avariadas. Em consequência, algumas telhas se deslocaram e permitiram ainda mais infiltrações de água, agravando o problema no interior dos pavilhões, tais como apodrecimento dos pisos de madeira e desagregação do reboco e da pintura das paredes.

O partido da intervenção foi o de aproveitar ao máximo as peças originais existentes, mantendo as partes saudáveis e substituindo com próteses as partes danificadas. Por exemplo, na recuperação de um caibro, foi serrada a parte apodrecida e instalada uma peça de mesmas dimensões em seu lugar. Já as ripas foram substituídas integralmente, considerando, além de sua degradação, a necessidade de que novas fossem instaladas conforme a galga das novas telhas.



Quanto ao sistema de drenagem, especificamente calhas, rufos e condutores, verificou-se que não estavam corretamente dimensionados, além de apresentarem diversos furos provocados pela corrosão do metal, sendo esta uma das causas dos problemas de infiltração. O sistema, portanto, foi reavaliado e um novo projeto foi feito para atender à demanda real. Este projeto dimensionou as calhas no limite que o padrão estético do edifício permitiu, desta forma não provocando qualquer interferência no aspecto original dos pavilhões. Todas as calhas, rufos e condutores foram substituídos por novos. As peças de madeira das testeiras que apresentavam boas condições foram preservadas e as que estavam em más condições (irrecuperáveis) foram substituídas por novas de mesmas características, bem como as peças faltantes que foram reinstaladas e pintadas na cor original prospectada.



- Fundação

Objetivos:

Estabilizar a fundação (do tipo direta/sapata corrida) que apresentava pontos de recalque diferencial e criar uma barreira impermeabilizante para evitar o contato com a água percolada.

Ações:

Para corrigir os recalques diferenciais foram cravadas estacas de reação do tipo “mega” nos pontos críticos definidos em projeto. Este serviço foi executado pela empresa especializada Refortec Engenharia e Fundações, subcontratada pela Concrejato.



Para evitar o contato da alvenaria das sapatas com a água das chuvas infiltrada no solo, foram aplicadas camadas de solo cimento junto da sapata corrida, em todo o perímetro externo da edificação. Para isso as calçadas em torno do edifício foram demolidas e a terra foi

escavada até a cota mais baixa da fundação. As valas abertas foram preenchidas com solo cimento e uma nova calçada foi construída.



(Estes serviços não se fizeram necessários no Pavilhão Marina Crespi)

- Alvenaria

Objetivos:

Colmatar as fissuras e trincas e eliminar suas causas.

Ações:

As principais causas das trincas e das fissuras identificadas no laudo da Solofund foram os recalques estruturais e as deficiências de verga e contraverga. Os recalques foram eliminados através dos serviços já descritos. Quanto às vergas e contravergas, foram executados reforços através da instalação de barras de ferro grauteadas nos pontos de fragilidade das aberturas de portas e janelas existentes nas alvenarias das edificações.



As trincas e fissuras foram colmatadas com a injeção de mastique elástico nos interstícios das lesões e posterior aplicação de telas de poliéster ou metálicas ancoradas com chapisco, “costurando” a lesões nas alvenarias.



Outros serviços de relevância:

Os pisos dos antigos vestiários dos pavilhões São José e São João apresentavam fissuras no piso e um visível afundamento em determinados pontos. A Solofund identificou este problema e o diagnóstico foi o de recalque de base de piso. Como solução reparadora, foi feita a remoção do piso cerâmico existente, a demolição do contra piso e a remoção do solo com altura de 60cm. A vala foi recomposta com solo devidamente compactado e o contra piso foi refeito, utilizando concreto dosado em central. Desta forma foi reestabelecida a estabilização daquele piso, eliminando os recalques.





Outro serviço de destaque foi a recuperação das bases das colunas de madeira das coberturas das varandas dos três pavilhões, as chamadas “galerias de cura”. Estas colunas, aos longo de décadas, sofreram com a ação da água das chuvas, principalmente da acumulada no chão das varandas, provocando o apodrecimento de suas bases. Isto provocou a desestabilização dos guarda-corpos instalados entre as colunas e a desestabilização da cobertura a qual davam sustentação. Para solucionar o problema a Concrejato propôs a execução de próteses de concreto armado revestido com madeira, mantendo o aspecto original das colunas. A base de cada coluna, portanto, foi serrada e mantida uma seção reduzida da própria coluna formando uma espécie de pino. Neste pino foram amarradas barras de ferro e estas foram ancoradas no contra piso. Uma forma de madeira foi instalada ao redor desta armadura, perfazendo uma seção levemente inferior a da coluna, e o “graute” foi injetado. A forma foi retirada e placas de madeira foram pregadas sobre o concreto, dando o acabamento. Estes serviços não só devolveram a estabilidade das colunas, como também melhoraram a resistência da estrutura.





As duas caixas d'água externas existentes atrás dos pavilhões São José e São João, desde a fase inaugural do antigo sanatório, apresentavam problemas de corrosão das armaduras nas bases das colunas de sustentação e consequente rompimento do concreto e do revestimento. Considerando a necessidade da preservação do bem e visando uma possível reativação e reestabelecimento de suas funções, foi realizada a recuperação das bases das quatro colunas de cada caixa d'água. Para tanto foi removido o revestimento e o recobrimento de concreto até expor as ferragens. Estas foram devidamente tratadas com a eliminação dos resíduos da oxidação e com a aplicação de fundo protetor anti oxidação. As armaduras foram recobertas com cimento e o acabamento, reestabelecendo as seções das colunas, com argamassa reforçada com fibras poliméricas para assim minimizar a abertura de fissuras.





Conclusão da obra:

Os serviços, acompanhados da desmobilização do canteiro de obras, foram concluídos com êxito em agosto de 2013. Neste momento as edificações encontravam-se estabilizadas e com a eficácia dos telhados recuperada. Apesar de não estarem totalmente restaurados, os pavilhões, anteriormente interditados, estavam aptos a serem utilizados para eventos de pequeno porte, conforme o conceito e a metodologia de preservação adotados pela AJFAC.

Apoio da iniciativa privada:

Os grandes salões, antigos dormitórios coletivos, dos pavilhões São José e São João, não dispunham mais de suas esquadrias originais na divisa com as varandas adjacentes. Estas esquadrias, perdidas em um passado desconhecido, foram substituídas, também no passado, por tapumes que, apodrecidos, foram removidos para a execução das Obras Emergenciais. Ao término das obras, portanto, as edificações estavam vulneráveis ao acesso de animais, de pessoas e de sujeira. Refazer as esquadrias originais demandaria um recurso financeiro que

não estava previsto no orçamento. Neste contexto foi dado início a um processo de aquisição de painéis de vidro temperado para refazer a vedação provisória. A Pilkington Brasil, através da linha Blindex, doou 80 painéis de vidro temperado de 1,30 x 3,00m, resolvendo o problema da falta de vedação com alto nível de eficiência e de padrão estético. Os vidros foram entregues em janeiro de 2014.



4.2. “Restauro do Pavilhão Alfredo Galvão”

Em 2012 a PMSJC disponibilizou verba para a realização de mais uma obra, o restauro do Pavilhão Alfredo Galvão, previamente escolhido e com projeto contratado pela própria prefeitura em 2011, visto que na ocasião a AJFAC ainda não dispunha de uma equipe de arquitetos para tal. O projeto elaborado pela empresa Formarte foi aprovado pelo COMPHAC e pelo CONDEPHAAT em 2012. Para a execução da obra a AJFAC publicou o Ato Convocatório 005/2012 e, através do processo público de seleção, contratou a empresa Concrejato, vencedora do certame. A obra teve início em 05 de novembro de 2012 com a assinatura da ordem de serviço e foi concluída em abril de 2014. Este pavilhão foi escolhido por ser o menor em tamanho, consequentemente sendo o de menor custo para recuperação, estando em consonância com a verba disponível. O projeto e a execução das obras tiveram como partido a manutenção das características originais da edificação, resgatando a conformação física e estética do pavilhão no período em que este serviu ao sanatório, tornando-o um testemunho da chamada “Fase Sanatorial”.

Ficha Técnica:

Área da edificação: 194m²

Cadastro Arquitetônico: Formarte Projetos Produção e Assessoria

Projeto Básico de Restauro: Formarte Projetos Produção e Assessoria

COMPHAC: Processo 000977/SG/2012 aprovado em 24/04/2012

CONDEPHAAT: Processo 65374/2011 aprovado em 01/10/2012 constando de ata 1683

Processo de seleção e contratação da executora: Ato Convocatório 005/2012 da AJFAC

Execução da obra: Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia

Fiscalização das obras: Secretaria de Obras da PMSJC com apoio técnico da AJFAC

Início da obra (Ordem de Serviço): 05/11/2012

Término da obra: abril de 2014

Origem da verba inicial: Repasse da PMSJC à AJFAC

Origem da verba complementar (devido a repactuação dos contratos com a nova administração municipal em 2013): Indenização do empreendimento Alphaville devida ao IPHAN e redirecionada ao pagamento da conclusão das obras em questão. Contrato firmado entre Alphaville e Concrejato em outubro de 2013

Escopo da Obra:

Restaurar integralmente a edificação resgatando suas características formais e estéticas primitivas, conforme projeto aprovado no COMPHAC e no CONDEPHAAT.

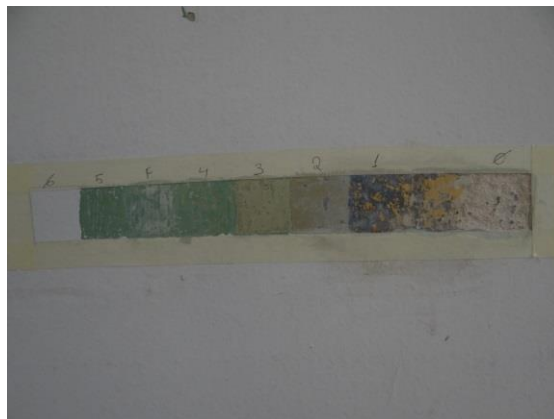
Principais Serviços:

- Projetos Complementares

Considerando que o projeto aprovado nos órgãos e utilizado como referência para a contratação da obra tratava-se de um projeto básico, foi necessário desenvolver os projetos complementares, tais como instalações elétricas, instalações hidráulicas, luminotécnica, sistema de prevenção de descargas atmosféricas, combate a incêndio, dentre outros, além do projeto de pintura e de restauro dos pisos de cerâmica e de madeira. Estes projetos foram desenvolvidos pela Concrejato, com acompanhamento da AJFAC e da FCCR.

- Prospecções

Foram realizadas prospecções pictóricas estratigráficas e exploratórias nas superfícies pintadas da edificação, tais como paredes, portas, batentes, janelas, guarnições e forros. Estas prospecções foram compiladas em forma de relatório serviram de base para a definição do projeto de restauro da pintura.



Foram também realizadas prospecções nas estruturas da edificação, possibilitando identificar detalhes do sistema construtivo e identificar peças danificadas a serem recuperadas ou substituídas, auxiliando no desenvolvimento dos projetos complementares.



- Cobertura

Assim como nas Obras Emergenciais e na Capela, as telhas francesas originais foram substituídas por novas de mesmas características. Ao destelhar a cobertura, verificou-se uma

situação semelhante a encontrada nos pavilhões das Obras Emergenciais, isto é, a presença de peças do madeiramento danificadas por ação de água e de xilófagos. As peças danificadas foram substituídas e devidamente imunizadas. Sobre os caibros foi instalada manta subcobertura antichama, visando incrementar a eficiência e a eficácia da cobertura de telhas. Sobre a manta foram instaladas novas ripas e em seguida as novas telhas. A manta só não foi instalada nas varandas, devido a terem cobertura com telha vã.



As calhas e condutores foram redimensionados e totalmente substituídos, devolvendo a eficiência ao sistema de drenagem.



- Fundação

Não havia na edificação indícios de desestabilização das fundações. A ausência de trincas e fissuras significativas e a ausência de sinais de recalques estruturais, verificadas em vistorias técnicas, eliminaram a necessidade de se intervir nas estruturas das fundações.

- Alvenaria

O revestimento externo da edificação apresentava muitas fissuras e pontos de desagregação do reboco, culminando na decisão de se retirar todo o reboco das fachadas para devida recomposição, buscando uniformidade nas superfícies. Algumas sobrevergas de

argamassa, porém, por estarem em boas condições, não requerendo, portanto, serem refeitas, foram preservadas durante a demolição do reboco.

Ao remover o reboco foi possível constatar que, de fato, não havia roturas na alvenaria, corroborando com a tese de que não havia problemas estruturais. Havia, porém, a presença de biofilme no substrato, o que provocava o deslocamento e a desagregação do reboco. Para eliminar o biofilme foi pulverizada água com agente biocida e feita escovação da superfície da alvenaria para eliminar os resíduos dos organismos.



Antes de refazer o revestimento, foi realizado ensaio em laboratório para a identificação do traço da argamassa original, através da análise de amostras retiradas da edificação. O resultado apenas confirmou o que já era esperado, ou seja, que o revestimento era composto de areia e cal.

A nova argamassa de cal e areia foi devidamente preparada e aplicada às superfícies das alvenarias das fachadas. As modenaturas foram devidamente e fielmente reproduzidas através da técnica tradicional de carrinho deslizante e de fôrmas de madeira, garantindo o resultado desejado do acabamento.





- Esquadrias

Todas as esquadrias e guarnições, após terem sua pintura prospectada, foram totalmente decapadas. Para a decapagem foi utilizado soprador térmico, nas de madeira, e solventes, nas metálicas. Após a decapagem foi possível visualizar melhor os danos e assim realizar o restauro de cada uma delas. As esquadrias de ferro foram tratadas *in loco*. Já as de madeira, foram removidas e levadas para serem restauradas em uma oficina montada no Pavilhão Marina Crespi, em caráter provisório, para exclusivamente realizar este serviço.





Todas as esquadrias existentes foram, portanto, restauradas em aspecto e em funcionalidade.

Da mesma maneira que os pavilhões São João e São José apresentavam-se sem as esquadrias das galerias de cura, perdidas no tempo, o Alfredo Galvão também. Porém nesta obra estava prevista a produção de novas esquadrias, metálicas, conforme o projeto aprovado. As peças foram então produzidas e instaladas em seu devido lugar.



- Pisos

Madeira:

Presente no hall de entrada e nos dois salões adjacentes, o piso de madeira original, de régua de peroba paginadas em espinha de peixe apoiadas sobre barrotes também de madeira, apresentava problemas pontuais, tais como fraturas e desprendimentos. Para o desenvolvimento do projeto de restauro, o piso foi mapeado e cada peça identificada. As régua da espinha de peixe danificadas e sem possibilidade de recuperação foram parcialmente removidas (apenas a parte danificada) e em seu lugar foram instaladas régua reaproveitadas das tabeiras que perfaziam a bordadura da espinha de peixe. No lugar das régua retiradas das tabeiras, foram instaladas peças de mesmas características adquiridas em comércios de demolição.



Cerâmica:

O piso de peças cerâmicas quadradas estava presente nas varandas, no banheiro e na antiga enfermaria. Estas peças foram identificadas como de origem francesa, da cerâmica Pierre Maurel, situada na comuna de Aubagne. As peças foram mapeadas e o projeto de recuperação foi desenvolvido. No banheiro o piso estava em boas condições. Na enfermaria algumas peças encontravam-se desgastadas e fraturadas, requerendo substituição. Nas varandas havia muitas peças danificadas também requerendo substituição. A aquisição de peças iguais, porém, tornou-se inviável, visto que as originais foram trazidas da França décadas atrás. A solução definida em projeto foi a de desmontar o piso de uma das varandas (a com mais avarias) e reaproveitar as peças boas na outra varanda, preenchendo as lacunas deixadas pelas peças danificadas e removidas. Para a varanda que teve o piso retirado, foram produzidas peças de ladrilho hidráulico com dimensões e aspecto idênticos às peças originais de cerâmica. Também foram utilizadas estas peças na enfermaria. O resultado foi positivo e atendeu as expectativas.



O pavilhão possuía três escadas de acesso. Uma das escadas laterais, porém, estava encoberta por uma rampa de concreto construída no passado. Para restaurar a edificação, a rampa foi demolida, conforme o projeto e a escada que estava encoberta retornou à luz. As três escadas eram compostas de tijolos de formato específico, alternando faces arredondadas, concavidades e arestas. Muitos destes tijolos, porém, apresentavam-se degradados, com perda de massa e desfigurados, não sendo possível recuperá-los. Estes foram substituídos por novos de características idênticas.





- Forros

Os forros originais eram de estuque e estavam ainda presentes no hall de entrada, na enfermaria e no banheiro. Nos antigos dormitórios o forro atual era de madeira, do tipo lambri.

Ao inspecionar os forros de estuque verificou-se que estavam em processo de rotura, pois apresentavam trincas decorrentes da desestabilização promovida pela degradação das peças de madeira da estrutura. É notório que forros de estuque se desestabilizam e muitas vezes se desprendem, podendo até desabar. Diante desta situação, visando preservar a integridade física do próprio edifício e, principalmente, dos frequentadores do PVA, decidiu-se em reunião, entre os órgãos envolvidos na obra, pela remoção dos forros de estuque e em seu lugar a instalação de forros de gesso com placas do tipo “dry wall”. Esta medida garantiu a segurança das pessoas e preservou as características estéticas originais da edificação, pois visualmente ficou idêntico ao original.



Os forros de lambri dos antigos dormitórios estavam em perfeitas condições e muito bem instalados. Desta forma, decidiu-se pela sua manutenção.

- Instalações elétricas

As instalações elétricas foram totalmente substituídas, atualizando o sistema e os componentes, adequando-os às normas vigentes, conforme definido em projeto. Foram substituídos eletrodutos, condutores, quadro de distribuição, disjuntores, interruptores e tomadas. Este serviço contemplou inclusive a adequação da entrada da alimentação do edifício, eliminando as gambiarras existentes.



Visando eficiência, o sistema de iluminação, definido no projeto de luminotécnica foi modernizado com o uso de novas luminárias, visto que as originais não mais existiam. As fachadas do edifício receberam iluminação ornamental.



- Instalações hidráulicas

O sistema hidráulico foi revisado e voltou a funcionar adequadamente, desde o abastecimento até a saída do esgoto. Não houve alterações nos pontos de água e de esgoto originais. As louças originais foram restauradas e preservadas em seus devidos lugares. O revestimento cerâmico das paredes foi devidamente reposicionado e as lacunas, preexistentes ao início da obra, foram preenchidas com peças idênticas adquiridas em “cemitérios” de azulejo.





- Grades das “gateiras”

Na época da construção do SVA era comum a utilização de assoalhos de madeira fixados sobre vigas de madeira (barrotes) distantes alguns centímetros no nível do solo, criando um vão entre o piso interno da edificação e o solo. Este vão, muitas vezes referido como porão, era necessário para evitar o contato da madeira com o solo, cuja umidade poderia danificar o piso. Para reduzir e equilibrar esta umidade existente no porão utilizava-se aberturas para ventilação, popularmente conhecidas como gateiras. Paradoxalmente, apesar do nome “gateira”, não era desejável o acesso de animais ao porão, fazendo-se necessário a instalação de grades e telas.

As grades das gateiras do Pavilhão Alfredo Galvão encontravam-se danificadas e, conseqüentemente não mais exerciam sua função, permitindo que pequenos animais adentrassem ao porão. Foram, portanto, restauradas todas as peças e dado o devido tratamento anti corrosão, recuperando sua funcionalidade de barreira física e de elemento estético das fachadas.





- Pintura

A pintura de todos os elementos do edifício seguiu o projeto baseado nas prospecções, garantindo a originalidade dos padrões e das cores. As tintas utilizadas foram especificadas de acordo com o tipo de superfície a ser pintada. Neste serviço destaca-se a pintura das fachadas, na qual foi utilizada tinta mineral a base de silicato, a mais indicada para revestimentos a base de cal e com ausência de cimento Portland, pois não formam película, permitindo que a “respiração” e a “transpiração” da parede ocorram sem danificar o substrato e o acabamento.





- Paisagismo

Os jardins que circundam o edifício tiveram sua delineação e sua bordadura restaurados. A delineação baseou-se no cadastro arquitetônico existente e foi executada com tijolos, seguindo o padrão original presente nos demais jardins do antigo sanatório. A bordadura, seguindo o mesmo critério, foi executada com mudas de buchinho. O gramado danificado recebeu novos tapetes e recuperou sua integridade.





- Quiosque

O quiosque situado defronte ao pavilhão também foi restaurado, através da revisão da estrutura de madeira e da substituição total das telhas francesas.



Conclusão da obra:

Os serviços foram concluídos e o pavilhão foi reinaugurado com cerimônia em abril de 2014. Desde a sua reinauguração este pavilhão está sendo utilizado para abrigar duas exposições referentes à cidade. Uma delas refere-se ao histórico do próprio SVA e a Fase

Sanatorial, através da exposição de artefatos, instrumentos médicos, mobiliário, fotografias e depoimentos gravados em mídia áudio visual interativa de pessoas que vivenciaram este período. A outra exposição refere-se aos sítios arqueológicos do município, contando a história dos seus primeiros habitantes, através de mídia áudio visual interativa e exposição de uma urna funerária indígena milenar encontrada em escavações no próprio município. Atendendo ao partido adotado para todas as intervenções a serem realizadas no PVA, estas exposições adequaram-se à edificação restaurada, respeitando seus espaços e características, não requerendo qualquer tipo de alteração física.

Progressão da obra em imagens em ordem cronológica:





Imagens da edificação após a conclusão da obra:











Imagens da exposição instalada no edifício restaurado:



HALL DE ENTRADA: APRESENTAÇÃO DOS TEMAS DA EXPOSIÇÃO



EXPOSIÇÃO "FASE SANATORIAL"



EXPOSIÇÃO: ARQUEOLOGIA

4.3. Restauro parcial do Pavilhão São José

No ano de 2015 a AJFAC, através de sua equipe de captação de recursos, iniciou um projeto denominado “Restaurando Juntos”. Este projeto teve por objetivo prospectar parceiros na iniciativa privada para investirem no restauro do Pavilhão São José tendo como contrapartida a divulgação de suas marcas tanto na área interna do parque quanto nas inserções feitas na mídia audiovisual.

Com o objetivo de facilitar a viabilização do restauro, os serviços foram divididos em etapas, cujos valores estabeleceram metas de arrecadação realistas, considerando o cenário econômico do momento.

Tanto o desenvolvimento dos projetos quanto a administração da obra foram realizados pela equipe de arquitetura da AJFAC.

Todo o serviço de carpintaria foi desenvolvido por um funcionário especializado cedido pela PMSJC, que passou a trabalhar em período integral no PVA, exclusivamente para o restauro. Para a realização deste serviço, a AJFAC adquiriu maquinário e ferramentas novas e reativou a antiga marcenaria do SVA.

Ficha Técnica:

Área total da edificação: 1.217 m²

Área restaurada: 240 m²

Projeto Básico de Restauro: AJFAC

COMPHAC: Processo 00132/SG/2015 aprovado em 24/02/2015

CONDEPHAAT: Processo 73848/2015 aprovado em 11/05/2015 constando de ata 1792

Início das obras: 2015

Término da etapa: maio de 2016

Origem da verba: iniciativa privada através do programa “Restaurando Juntos”

Mão de obra: empresas contratadas pela AJFAC e funcionários disponibilizados pela URBAM/PMSJC

Escopo da obra:

Restaurar em etapas a edificação resgatando suas características formais e estéticas primitivas, conforme projeto aprovado no COMPHAC e no CONDEPHAAT.

Principais serviços:**- Forro de gesso**

Os forros originais de estuque já tinham sido demolidos nas “Obras Emergenciais”, por estarem bastante danificados e desestabilizados.

Nesta nova etapa do restauro foram instalados forros de gesso cartonado no lugar dos antigos forros de estuque, assim como adotado no restauro do Pavilhão Alfredo Galvão e conforme os projetos aprovados nos órgãos competentes.

As características do novo material e o acabamento instalado na junção das paredes com o forro garantiram a preservação do aspecto original.

O serviço foi executado pela empresa Gesso Criativo, contratada pela AJFAC.



- Guarda corpo

As travessas e os balaústres do guarda corpo de madeira da varanda em restauro encontravam-se bastante degradados. Decidiu-se pela sua remoção e pela reprodução fiel. Para o serviço foram adquiridas peças de garapeira. Pelo fato de se ter as peças originais, ainda que danificadas, foi possível a sua reprodução fiel. As novas peças foram produzidas na marcenaria do PVA e devidamente instaladas no lugar das originais. Após a instalação, foram seladas e posteriormente pintadas na cor original prospectada.

O guarda corpo do patamar de acesso ao hall de entrada do edifício, eliminado no passado, foi restaurado conforme o guarda corpo da varanda.



- Forro do beiral

Os beirais foram refeitos utilizando-se peças novas de madeira, conforme os originais. Os beirais originais, por suas vezes, danificados, foram removidos durante as “Obras Emergenciais” para a execução dos serviços de telhado e calhas.



- Forro de madeira

O forro original, de madeira, do tipo “paulistinha”, já não existia quando do início da gestão da AJFAC. Ele teria sido eliminado e substituído por outro de características diferentes ainda no período em que a ISCMSP era a proprietária do antigo sanatório. Este forro substituto foi removido durante as “Obras Emergenciais”, pois além de ser incompatível com as características arquitetônicas do edifício, encontrava-se em estado de degradação.

Na obra de restauro, porém, a tipologia original do forro foi reestabelecida, retomando as características não só estéticas, mas também funcionais, pois a geometria do forro permitia a devida circulação e renovação do ar no interior do edifício.

O serviço de restauro contemplou a revisão do tarugamento e a instalação de novas régua de madeira, devidamente imunizadas, perfazendo o forro. O acabamento foi feito com pintura na cor branca, conforme o original.





- Piso de madeira

Assim como no restauro do Pavilhão Alfredo Galvão, o piso de tabuado de madeira sobre barrotes foi inspecionado e restaurado. Na inspeção verificou-se que as cabeças de alguns dos barrotes estavam apodrecidas e atacadas por xilófagos, o que provocava o desnivelamento do tabuado. Como solução, foi instalado um pontalete de madeira sob cada barrote danificado e todos foram devidamente escorados e nivelados. As régua de madeira dos tabuados danificadas foram substituídas por novas peças de mesmas características.

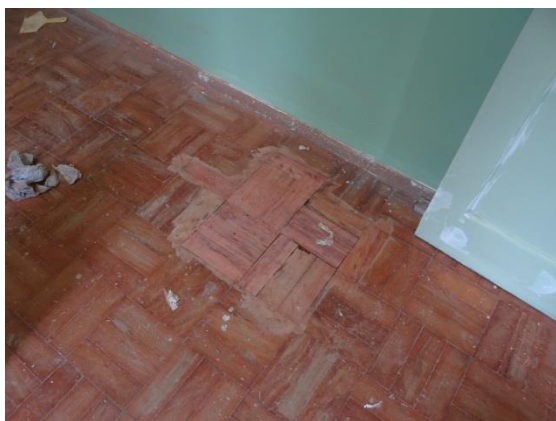
Os pisos de taco foram revisados e as peças soltas foram devidamente fixadas.

Todos os pisos de madeira foram lixados para remoção das camadas antigas de cera e sinteco e por fim foram selados e encerados.







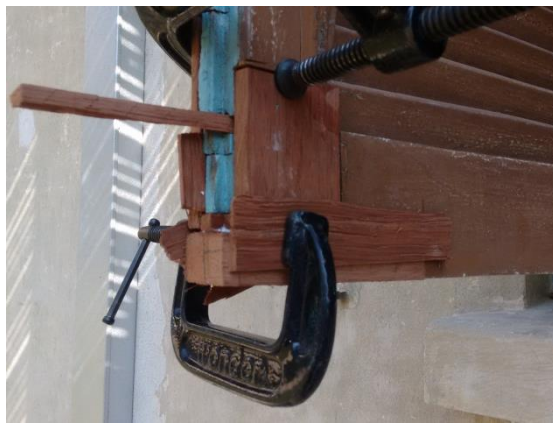


- Esquadrias originais

As esquadrias de madeira, portas e janelas, foram devidamente restauradas pelo carpinteiro da equipe da AJFAC e retomaram sua forma e sua função. Os serviços incluíram decapagem, descupinização, imunização a xilófagos, inserção de próteses nas lacunas e revisão das ferragens. As esquadrias faltantes foram reproduzidas fielmente às originais.

Já as esquadrias metálicas, foram decapadas, revisadas e preparadas para receber a nova pintura.





- Novas esquadrias das varandas

Como mencionado, as esquadrias originais que separavam as varandas dos antigos dormitórios não mais existiam no local. O que restou dos originais foram as colunas de madeira que, além de estruturas a cobertura, serviu de montante para as antigas janelas. Através das fotografias da época do sanatório foi possível identificar a tipologia destas janelas, isto é, que eram do tipo guilhotina, divididas em quadriculas vedadas com vidro e com madeira. Devido às limitações das imagens das fotografias da época, porém, não foi possível identificar os detalhes executivos destas janelas, sendo, portanto, impossível a sua reprodução. Diante desta situação, decidiu-se adotar a mesma solução utilizada no restauro do Pavilhão Alfredo Galvão, ou seja, a produção de janelas com a mesma tipologia identificada nas fotos, porém sem a execução de detalhes ornamentais e, evitando criar um falso histórico, utilizando material metálico. Esta intervenção estava devidamente registrada no projeto aprovado no COMPHAC e no CONDEPHAAT.



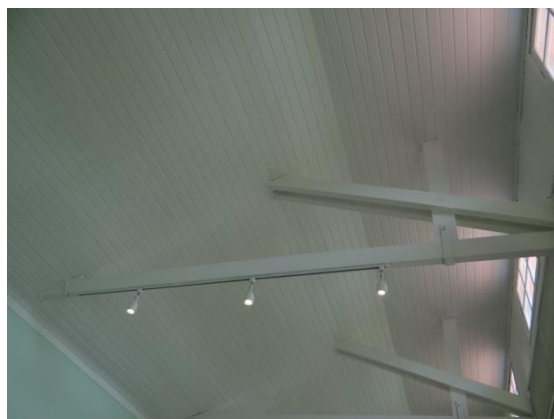
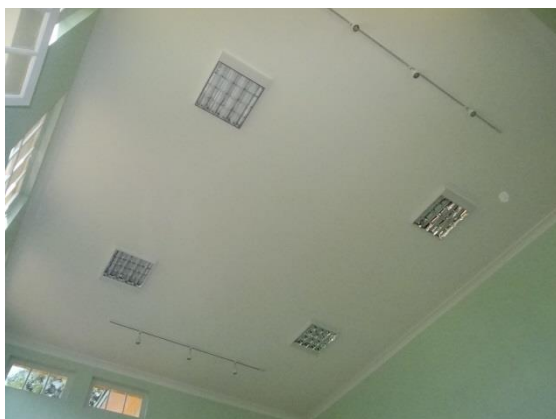
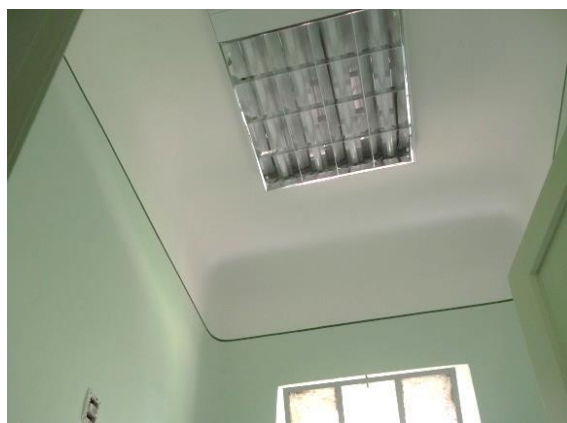
- Vedação de madeira

A vedação na porção mais alta da fachada frontal foi originalmente feita com réguas de madeira instaladas verticalmente e encaixadas lado a lado. Estas peças de madeira, assim como as demais, encontravam-se bastante danificadas, seja pela ação de água seja pela ação de xilófagos. As peças foram então removidas e em seus lugares foram instaladas novas de mesmas características.



- Instalações elétricas e luminotécnica

As instalações elétricas foram totalmente refeitas. Para tanto, foram produzidos projetos específicos e foi contratada uma empresa especializada, sob a responsabilidade técnica do Eng. Cauê Sant'Ana de Paula, para executar o serviço. Foram substituídos todos os eletrodutos, todos os condutores, as tomadas e os interruptores, bem como o quadro de distribuição com novos disjuntores. Para a iluminação foram adotadas luminárias similares às instaladas no Pavilhão Alfredo Galvão. Toda a nova instalação foi devidamente atualizada, atendendo as normas específicas.



- Revestimento de argamassa

O revestimento de argamassa, tanto das paredes das fachadas quanto das paredes internas, recebeu reparo nas áreas em que se encontrava fragilizado. Estes reparos foram executados com argamassa de cal e areia, respeitando a composição original. Todas as modenaturas foram preservadas.

Para a execução do serviço foi contratada a empresa JVL Engenharia.

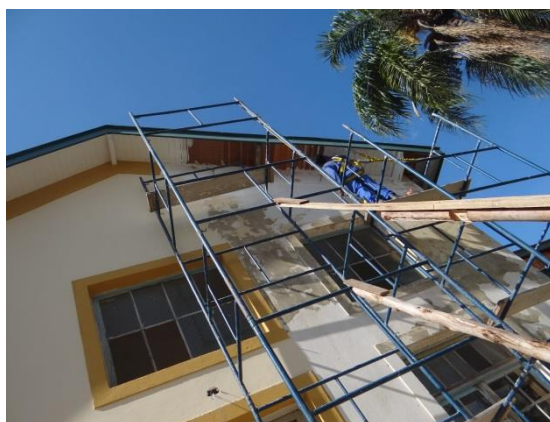


- Pintura

O projeto de pintura foi desenvolvido com base no relatório de prospecções pictóricas previamente produzido. As cores e os padrões da pintura adotados, portanto, não foram supostos ou sugeridos, mas seguramente definidos através do relatório.

Nas portas, no forro de madeira e nas janelas foram utilizadas tintas esmaltadas. Nas paredes internas e nos forros de gesso foi utilizada tinta látex e nas externas tinta mineral a base de silicato.

Este serviço foi executado também pela empresa JVL Engenharia.







Imagens comparativas “antes e depois” das “Obras Emergenciais” e do restauro:



Parque Vicentina Aranha







4.4. Restauro parcial do edifício da antiga Lavanderia

Em junho de 2013 a AJFAC firmou um convênio com o SENAI para que fossem ministrados cursos para a formação de mão de obra especializada em restauro de bens culturais, a serem realizados no PVA. Coube ao SENAI participar com o corpo docente, com o conteúdo programático e com o plano de ensino. A AJFAC disponibilizou o edifício da antiga Lavanderia para a instalação das salas de aula. O corpo discente foi selecionado e encaminhado pela PMSJC através do Programa de Incentivo a Qualificação – PIQ e do Ensino para Jovens e Adultos – EJA, os quais tem como alvo pessoas de vulnerabilidade social.

Através das aulas de recuperação de argamassa de revestimento, de recuperação de alvenarias, de pisos e de pintura, os alunos aprenderam o conteúdo praticando os ofícios no

próprio edifício da Lavanderia. As aulas teóricas e práticas foram devidamente ministradas e supervisionadas pelo professor, arquiteto do SENAI, Ewerton da Silva Borges.

À medida que os módulos eram concluídos, o edifício da Lavanderia era gradativamente recuperado.

Até o momento cerca de 150 alunos foram certificados.

Seguem dados técnicos referentes aos serviços realizados pelos alunos durante as aulas.

- Área da edificação:

518,00m²

- Objetivo:

Recuperar a integridade física das fachadas da edificação, através da substituição do reboco danificado e aplicação de nova pintura, revisão das esquadrias com vidros quebrados e portas danificadas, mantendo as características originais. Recuperar portas e pintura internas para se promover condições de uso à edificação.

- Serviços realizados:

Prospecções pictóricas estratigráficas para identificação das cores da pintura original;
Demolição do reboco danificado;
Recomposição do revestimento com novo reboco;
Substituição de vidros danificados;
Recuperação de portas;
Pintura interna;
Preparo da superfície externa a ser pintada;
Pintura externa, conforme resultado das prospecções.

- Imagens dos principais serviços realizados:

Prospecções estratigráficas



Demolição do reboco danificado



Recomposição do reboco

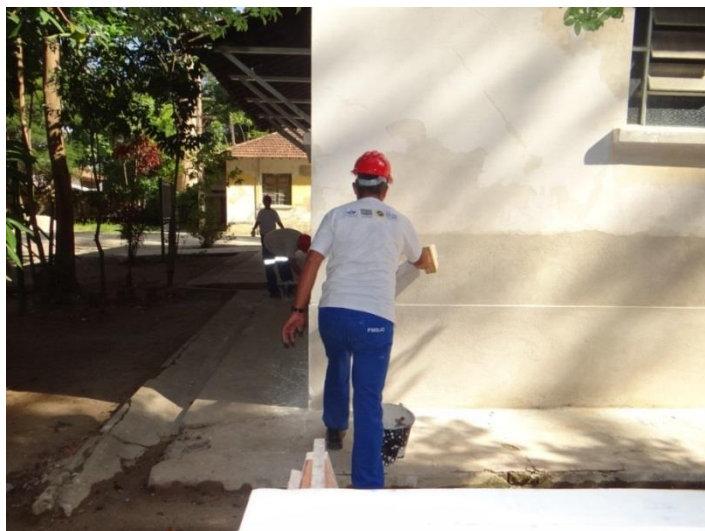




Pintura interna



Preparação da superfície do reboco externo para nova pintura







- Imagens da edificação após a conclusão dos serviços:









REFERÊNCIAS

A INAUGURAÇÃO do Sanatório Vicentina Aranha. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 24 abr. 1924.

BITTENCOURT, Tania. *Arquitetura Sanatorial - São José dos Campos*. São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo/ Johnson & Johnson Ind.Com. Ltda., 1998.

CARNEIRO, Glauco. *O Poder da Misericórdia: a Santa Casa na história de São Paulo*. São Paulo: Press Gráfico, 1986.

DIAS, Augusto. *Um tempo na vida em São José dos Campos*. São José dos Campos: JAC, 2000.

INAUGURAÇÃO da Capella do S. Coração de Jesus. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 15, 20 out. 1935.

O PROJECTO do futuro hospital em S. José dos Campos. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 16 jun. 1918.

ROSEMBERG, José. Tuberculose – Aspectos Históricos, Realidades, seu Romantismo e Transculturação. *Boletim de Pneumologia Sanitária*, v. 7, n. 2, p. 5-29, jul./dez. 1999.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Decreto nº 12.454 de 02 de março de 2007.

Constitui Comissão Especial para colaborar com a Administração Municipal visando o estabelecimento de metas e meios destinados à recuperação, restauração e utilização do Complexo “Vicentina Aranha”. *Boletim do Município*, São José dos Campos, SP, nº 1772, 23 mar. 2007.

SODRÉ, Nelson W. Educação e Saúde. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 5, 15 dez. 1934.

SALLES, Antonio de Padua. *Relatorio do anno de 1939*. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, SP. 1928-1946.

ANEXO 1

SÍNTESE DO MATERIAL TÉCNICO PROZUDIZO DURANTE A GESTÃO DA AJFAC

LEVANTAMENTO FÍSICO CADASTRAL E FOTOGRÁFICO

Compreende as atividades de leitura e conhecimento da forma da edificação, obtidos por meio de vistorias e levantamentos, representados gráfica e fotograficamente, visando compreender o edifício e registrar o seu estado anterior à intervenção.

Este serviço foi desenvolvido pela equipe de arquitetura da AJFAC utilizando equipamentos de medição direta tradicionais e eletrônicos. Foram produzidas peças gráficas na plataforma AutoCAD, contendo plantas, cortes, fachadas e detalhamentos.

O material produzido é base para o desenvolvimento dos projetos de restauro e reabilitação.

As edificações contempladas por estes serviços são:

- Pavilhão Central *
- Pavilhão São José
- Pavilhão São João
- Pavilhão Marina Crespi
- Pavilhão Alfredo Galvão **
- Cozinha e Refeitório
- Pavilhão da Cia. Paulista de Estradas de Ferro
- Lavanderia
- Laboratório
- Caldeira
- Marcenaria
- Residências
- Necrotério
- Portaria
- Quiosques

* Produzido pela empresa Kruchin Arquitetura.

** Produzido pela empresa Formarte.

DIAGNÓSTICO DE DANOS E PROJETO PARA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL

Trata-se do serviço técnico realizado pela empresa Solofund Engenharia objetivando identificar os principais danos nas edificações, identificar as causas e propor, através de projeto, as intervenções necessárias para sanar os problemas e estabilizar os edifícios.

Os projetos foram feitos de forma individual para os seguintes edifícios:

- Pavilhão Central
- Pavilhão São José *
- Pavilhão São João *
- Pavilhão Marina Crespi *
- Cozinha e Refeitório
- Pavilhão da Cia. Paulista de Estradas de Ferro *

- Lavanderia

* Aprovados pelo COMPHAC e pelo CONDEPHAAT.

RELATÓRIO DE PROSPECÇÃO PICTÓRICA

As Prospecções objetivam fornecer informações complementares à pesquisa histórica e levantamento cadastral, possibilitando análises e deduções de hipóteses de diagnóstico e alternativas de soluções de projeto.

Foram realizadas prospecções estratigráficas e exploratórias. O método adotado foi o mecânico, com uso de bisturis. O serviço foi realizado pelos estagiários e pelos arquitetos da AJFAC.

As edificações contempladas por este serviço são:

- Pavilhão São José
- Pavilhão São João
- Pavilhão Alfredo Galvão
- Pavilhão Marina Crespi
- Lavanderia
- Laboratório

ANÁLISE DE COMPOSIÇÃO DE ARGAMASSA DE REVESTIMENTO

Com o objetivo de executar adequadamente reparos e recomposições nos revestimentos das edificações, foram coletadas amostras para análise. Trata-se de “ensaio simples de argamassa”, o qual determina o traço provável em massa com análise granulométrica do agregado após ataque ácido e remoção dos finos. A análise das amostras foi realizada pelo Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração – NTPR, instalado na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e participante do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo desta universidade.

As edificações contempladas por este serviço são:

- Pavilhão Marina Crespi
- Pavilhão São José
- Pavilhão São João
- Pavilhão da Cia. Paulista de Estradas de Ferro
- Necrotério
- Cozinha e Refeitório

Responsável pela análise: Allard Monteiro do Amaral – Químico

Responsável pelo laboratório: Prof. Mário Mendonça de Oliveira – Arquiteto

PROJETO BÁSICO DE RESTAURO/REABILITAÇÃO

Compreende a proposta de intervenção, desenvolvida com base na sua conceituação, na definição do partido arquitetônico, na indicação dos materiais e na definição das técnicas a serem adotadas na execução da obra, com vistas a compatibilizar o novo uso e a preservação do bem. Os projetos foram desenvolvidos pela equipe de arquitetura da AJFAC, com exceção do Pavilhão Alfredo Galvão. Os projetos foram submetidos à análise e aprovados pelo COMPHAC e pelo CONDEPHAAT.

- Pavilhão São José
- Pavilhão São João
- Pavilhão Marina Crespi
- Pavilhão Alfredo Galvão
- Cozinha e Refeitório
- Laboratório*

* Ainda não encaminhado ao COMPHAC e ao CONDEPHAAT

PROJETO PARA RECUPERAÇÃO DE FACHADAS

- Pavilhão da Cia. Paulista de Estradas de Ferro

Projeto e Mapeamento de Danos desenvolvidos pela AJFAC, com a devida aprovação do COMPHAC e do CONDEPHAAT, com vistas a aprovação da GIDUR/Caixa Econômica Federal para liberação de recursos advindos de emenda parlamentar via Ministério do Turismo.

PROJETOS DE ABRANGÊNCIA DO PARQUE

- Combate a Incêndio:

Projeto desenvolvido por profissional de Engenharia Civil, contratado pela AJFAC em 2014, contemplando todo o parque e com a devida aprovação do Corpo de Bombeiros, em 2015, conforme legislação vigente.

Responsável Técnico: Eng. Maria Celeste Vilela

Processo no Corpo de Bombeiros: 044532/3549904/2014

- Instalações Elétricas e Luminotécnica (ano de 2012):

Projeto desenvolvido pela empresa Lumini Projetos e Consultoria, contratada pela AJFAC, visando atualizar e modernizar as instalações elétricas do PVA (exceto áreas internas das edificações, as quais serão tratadas individualmente em seus respectivos projetos de restauro), bem como propor nova iluminação ornamental, com foco na pista de caminhada. O projeto consta de Relatório de não Conformidade das Instalações Elétricas, identificando as falhas existentes, o projeto propriamente dito,

disposto de peças gráficas com vistas à execução, e a planilha orçamentária com os custos dos serviços.

Responsável Técnico: Eng. Maria Rosa de Oliveira Sugimoto

○ Levantamento do Patrimônio Arbóreo

Levantamento realizado pela empresa Kraoh Engenharia Florestal, cujo produto foi o cadastramento das árvores e o georreferenciamento de cada espécime na plataforma CAD.

As árvores foram identificadas e receberam uma plaqueta numerada cravada próximo às suas respectivas raízes. O número da plaqueta corresponde ao número da árvore no relatório, onde estão apresentadas informações tais como nome da espécie, nome científico, diâmetro a altura do peito, altura, copa, dentre outros.

A produção deste material foi o primeiro passo para se chegar ao Plano de Manejo. Atualmente está sendo elaborado o relatório de condições fitossanitárias de cada espécime cadastrado.

Responsável Técnico: Eng. Rogerio Romero Mazzeo

PROJETOS APROVADOS NO COMPHAC E NO CONDEPHAAT COM EXECUÇÃO NÃO INICIADA

• **PAVILHÃO SÃO JOÃO**

Área: 1.178m²

Projeto Básico de Restauro: AJFAC

COMPHAC: Processo S/N. Memorial e peças gráficas aprovados e carimbados em 30/09/2014

CONDEPHAAT: Processo 73316/2014 aprovado em 16/03/2015 constando de ata 1784

• **PAVILHÃO MARINA CRESPI**

Área: 411 m²

Projeto Básico de Restauro: AJFAC

COMPHAC: Processo S/N. Memorial e peças gráficas aprovados e carimbados em 16/12/2014

CONDEPHAAT: Processo 73651/2015 aprovado com ressalvas em 13/04/2015 constando de ata 1788

• **ANTIGA COZINHA E REFEITÓRIO**

Área: 1130m²

Cadastro Arquitetônico: AJFAC

Projeto de Reabilitação: AJFAC e PMSJC

COMPHAC: aprovado

CONDEPHAAT: Processo 67243/12 aprovado em 16/12/2013 constando de ata 1734
substituído pelo Processo 67542/12 aprovado em 02/03/2015 constando de ata 1782

ANEXO 2

RESTAURO PARCIAL DO PAVILHÃO DA CIA. PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

No ano de 2012 a PMSJC cadastrou no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV a proposta de número 015492/2012 para a utilização de uma verba disponibilizada pelo Ministério do Turismo através de uma emenda parlamentar do então Deputado Federal Emanuel Fernandes. Esta proposta foi aprovada e, no mesmo ano, no dia 31 de dezembro, a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representada pela Caixa Econômica Federal, firmou um contrato de repasse (Nº780650/2012/Ministério do Turismo/CAIXA) com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos que teve como objeto “Restauro em edificação no Parque Vicentina Aranha”. O valor do repasse definido em contrato foi de R\$975.000,00 com contrapartida no valor de R\$108.333,33, totalizando o valor global de R\$1.083.333,33.

A participação da AJFAC foi limitada a providenciar os projetos com aprovação do COMPHAC e do CONDEPHAAT, as planilhas orçamentárias, cronogramas de obra e demais documentos para a aprovação da GIDUR/CEF e, finalmente, conseguir a liberação dos recursos.

À PMSJC coube, exclusivamente, a partir da liberação dos recursos, realizar o processo de contratação da empresa a executar a obra, realizar a fiscalização da obra, fazer as medições e proceder com os pagamentos.

HISTÓRICO DO PROCESSO PARA A LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

CRONOLOGIA:

- **JAN. a JUL./2013:** Estudo entre AJFAC e PMSJC para definição da edificação a ser restaurada;
- **JUL./2013:** Definida a edificação. Planilhas orçamentárias e projetos entregues à GIDUR/CEF para início das análises técnicas;
- **JUL./2013 a ABR./2014:** Realização de reuniões entre AJFAC, PMSJC e GIDUR/CEF para dirimir questões técnicas e adequar projetos e planilhas orçamentárias para obtenção da aprovação;
- **ABR./2014:** A “cláusula suspensiva” é retirada e os projetos, planilhas orçamentárias e demais documentos recebem aprovação da GIDUR/CEF e liberação para licitação;
- **MAI./2014:** O Ministério do Turismo garante o empenho do recurso financeiro, conforme informado pela GIDUR/CEF e registro no SICONV;
- **JUN./2014:** A PMSJC aprova dotação orçamentária para a contrapartida prevista em contrato;
- **JUL./2014:** A PMSJC prepara a documentação para montagem do processo licitatório.

DESCRIÇÃO:

Considerando o valor a ser repassado através da referida Emenda Parlamentar, deu-se início no ano de 2013 a um estudo em conjunto entre a AJFAC e a PMSJC para que, dentre as edificações do Parque Vicentina Aranha – PVA, fosse escolhida a ideal para ser o objeto a ser restaurado com a verba da tal emenda. Este estudo se deu em meio ao processo de transição do governo municipal, fruto das eleições municipais de 2012, e, portanto, teve que

se enquadrar e se compatibilizar com os projetos e o planejamento da nova administração do município. Como regra imposta pelo regulamento do Ministério do Turismo, ao término da obra, a edificação deveria obrigatoriamente estar em condições de uso pela população, isto é, não seria possível utilizar o recurso para realizar apenas uma etapa inicial do restauro e aguardar um novo aporte financeiro para complementação dos serviços. Considerando que o recurso era insuficiente para restaurar integralmente os pavilhões maiores do PVA e que excedia os custos dos prédios menores, a edificação escolhida foi o pavilhão da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, o qual ainda não havia recebido qualquer tipo de ação de conservação e cujas estruturas de alvenaria, fundação e cobertura apresentavam-se desestabilizadas, em condições precárias. Em paralelo a este estudo, foi dado início às reuniões com a GIDUR/CEF para entendimento técnico acerca do processo para aprovação da documentação para licitação.

Em julho de 2013 foram entregues à GIDUR/CEF as primeiras planilhas orçamentárias e projetos para andamento do processo. Diversas reuniões foram realizadas entre a AJFAC e a GIDUR para dirimir questões técnicas.

Dois fatores técnicos, porém, tornaram o processo moroso no quesito Planilha Orçamentária. Um deles foi a discussão acerca da exigência da GIDUR para que fosse utilizada a tabela SINAPI para orçamento dos serviços da obra. O outro se deu em função dos valores dos serviços especiais de restauro que, por sua vez, não constam em tabelas referenciais oficiais. Considerando que, notoriamente, os valores da SINAPI são relativamente baixos em relação aos de mercado e que os valores praticados em obras especiais de restauro são superiores aos de obras convencionais, criou-se um impasse nas discussões com a GIDUR. A cada análise das planilhas apresentadas pela AJFAC, cujos valores contemplavam a realidade de mercado e o desejado nível de qualidade dos serviços, a GIDUR as devolvia solicitando que os serviços tivessem seus valores adequados à SINAPI. Em função disto, a cada análise, o valor da obra reduzia e, conseqüentemente, gerava saldo em relação ao montante da emenda parlamentar, “obrigando” a AJFAC a acrescentar novos serviços na planilha orçamentária. A cada alteração no orçamento era necessário alterar todo o restante da documentação técnica (memorial de cálculo de áreas, memorial de projeto, projeto protocolado no CONDEPHAAT, cronograma físico-financeiro, dentre outros), demandando tempo para tal. Em um dado momento o saldo chegou a um determinado valor que permitiu que a AJFAC inserisse no escopo da obra o restauro das fachadas da edificação, utilizando quase que integralmente o recurso.

Neste contexto, o receio da AJFAC foi o de que, com um orçamento relativamente baixo em função dos valores SINAPI, a licitação não atraísse as empresas de notória capacidade técnica e, ainda, caso houvesse interessados em participar do certame, que os serviços executados em obra não atingissem o devido nível de qualidade, podendo causar danos irreparáveis ao patrimônio arquitetônico.

A GIDUR/CEF durante o processo demorou a entender que obras de restauro requerem cuidados especiais e que a logística é muito diferente daquela praticada em uma obra convencional e que, portanto, deveria analisar o processo de maneira diferente, considerando a especificidade dos serviços. Toda esta celeuma estendeu-se até o início de 2014 quando, depois de muitas reuniões, chegou-se enfim a um meio termo. A AJFAC teve de acatar as exigências para adotar a SINAPI em alguns itens da planilha orçamentária e a GIDUR/CEF aceitou os valores de mercado para os serviços especiais que não constavam nas tabelas oficiais.

Diante deste consenso, foi possível definir o escopo da obra e então providenciar os projetos a serem aprovados nos órgãos de preservação municipal e estadual, COMPHAC e CONDEPHAAT, respectivamente, e, também, no Corpo de Bombeiros. Estas aprovações faziam parte da lista de documentos a serem apresentados à GIDUR para aprovação do processo.

A planilha orçamentária foi então reformulada e encaminhada para análise da GIDUR.

Em abril de 2014 a planilha foi enfim aprovada. A AJFAC então encaminhou toda a documentação complementar definitiva para a aprovação do processo e liberação para que a PMSJC providenciasse a licitação.

Devido, porém, à cláusula suspensiva existente no contrato de repasse, o prazo para licitar, iniciar a obra e realizar a primeira medição mostrou-se insuficiente. Em função desta situação, a GIDUR orientou a PMSJC a solicitar a retirada da cláusula suspensiva e a garantia de empenho do recurso. O Ministério do Turismo Aceitou o pedido e a CEF retirou a referida cláusula.

O processo, portanto, foi devidamente aprovado pela GIDUR/CEF e o empenho garantido pelo Ministério do Turismo, conforme o SICONV. Aqui se encerra a participação da AJFAC, com sua missão cumprida. Paralelamente a PMSJC aprovou a dotação orçamentária para a contrapartida prevista em contrato e providenciou a organização dos documentos para o processo licitatório.

Através da Tomada de Preços nº008/2014, a PMSJC contratou a Construtora Morais Correa para a execução da obra, iniciada em 13/03/2015 com Ordem de Serviço expedida pela Secretaria de Obras.

Segundo informações da PMSJC, a obra está paralisada aguardando o repasse do Ministério do Turismo.

FICHA TÉCNICA

Área: 942m²

Cadastro Arquitetônico: AJFAC

Projeto para recuperação estrutural: Solofund Engenharia Ltda

COMPHAC: aprovado

CONDEPHAAT: Processo 70235/2013 aprovado em 22/09/2014 constando de ata 1767

Projeto para restauro das fachadas: AJFAC

COMPHAC: aprovado

CONDEPHAAT: Processo 70235/2013 aprovado em 22/09/2014 constando de ata 1767

Processo de seleção e contratação da executora: Tomada de Preços nº008/2014 da PMSJC

Execução: Construtora Morais Correa LTDA – ME

Fiscalização das obras: Secretaria de Obras da PMSJC

Início da obra (Ordem de Serviço): 13/03/2015

Paralisação da obra: 30/04/2015

Obra retomada em: junho/2016

Paralisação da obra: agosto/2016

Término da obra: sem previsão
